

COMO DIFEREM AS NAÇÕES AMERICANAS
(Conhecimento Básico para o Planejamento da Defesa Coletiva)

Por

Prof. Carlos Ernesto da Silva LINDGREN
Funcionário Civil
Brasil

Comment [CEL1]:

Monografia apresentada ao Colégio Interamericano de Defesa como requisito para a obtenção do Diploma do Curso Superior de Defesa Nacional

Washington, DC , 25 de abril de 1997

Certifico que revisei esta Monografia e a
encontrei ajustada às Normas e Metodologia do
Colégio Interamericano de Defesa

_____ -

Dr. Dennis Skocz

Washington, DC,

NOTA

As opiniões emitidas na presente Monografia são de exclusiva responsabilidade do autor e não representa a posição do Colégio Interamericano de Defesa

Autorizo o Colégio Interamericano de Defesa a
publicação desta Monografia como artigo para
Leitura Seleccionada na Revista do Colégio

Carlos Ernesto da Silva Lindgren

INDICE

<u>CAPÍTULO I</u>	7
<u>INTRODUÇÃO</u>	7
<u>CAPÍTULO II</u>	9
<u>OBJETIVOS VITAIS</u>	9
Conceito de Nação.....	9
Identificação dos Objetivos Vitais	10
Objetivos Vitais e relações entre Nações	11
Características dos Países e Objetivos Vitais	12
<u>CAPÍTULO III</u>	14
<u>CARACTERÍSTICAS DOS OBJETIVOS VITAIS</u>	14
Operacionalização de conceito	14
Características da Identidade Nacional.....	14
Características do Território	15
Características das Instituições	15
<u>CAPÍTULO IV</u>	16
<u>ASPECTOS RELEVANTES ASSOCIADOS ÀS CARACTERÍSTICAS</u>	16
Objetivo Vital: Identidade Nacional.....	17
Objetivo Vital: Território.....	20
Objetivo Vital: Instituições	21
<u>CAPÍTULO V</u>	23
<u>ASPECTOS RELEVANTES E FUNDAMENTOS DO PODER</u>	23
<u>CAPÍTULO VI</u>	27
<u>BASES PARA O PLANEJAMENTO DE UMA DEFESA COLETIVA</u>	27
Subsistemas	27
Condicionantes físicos e distribuição da população.....	27
Condicionante institucional	28
Vulnerabilidade quanto ao Objetivo Vital "Território"	28
Vantagem comparativa	29
Condicionantes externos.....	29
Bases para o planejamento de uma Defesa Coletiva.....	30
<u>CAPÍTULO VII</u>	31
<u>DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS</u>	31

Caráter nacional.....	31
História e cultura	32
Participação.....	33
Conciliação.....	34
Conceito de legitimidade	35
Conceito de legalidade.....	36
Vontade nacional.....	36
Uso do território	36

<u>CONCLUSÃO</u>	38
-------------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	40
---------------------------	-----------

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A idéia de um Planejamento de Defesa Coletiva Interamericano pressupõe a existência de um Sistema Interamericano, como condição necessária. Este, dada a existência da Carta da Organização dos Estados Americanos, é considerado como definido, fundamentado na identificação de ameaça de invasão do continente durante a Segunda Guerra Mundial. Pode-se argumentar que tal ameaça já não mais existe e, portanto, tornar-se-ia difícil identificar algum condicionante que justificasse a continuada referência ao mesmo Sistema. Tal argumento poderia ser debatido se "Defesa" se referisse, apenas, à alguma ameaça assemelhada à daquela época. Entretanto, poder-se-á incluir no conceito de "Defesa" outros tipos de ameaças e, assim, o debate torna-se estéril.

Seja qual for o condicionante o importante é considerar a associação acima destacada: planeja-se alguma coisa em relação a uma outra coisa. Trata-se, portanto, de planejar "Defesa Coletiva Interamericana" (primeira coisa) em relação ao "Sistema Interamericano" (segunda coisa). Mas se o que até agora foi dito parece indicar tal possibilidade, o que se percebe é a introdução de uma questão não muito clara, qual seja, a direção e o grau de intensidade das relações entre os componentes do Sistema.

Não se pode deixar de considerar que a noção de sistema se refere a um conjunto de partes, interligadas de várias maneiras. Muitas são as possibilidades. Por exemplo, todas as partes podem estar interligadas; algumas se associam à apenas uma; e assim por diante. Relevante, porém, são os tipos de interligações. São bi-direcionadas ? Poderão sê-lo ? Deseja-se que sejam ? Com que intensidade ? Sob que circunstâncias ?

Para o caso do Sistema Interamericano estas indagações se traduzem na forma dos vários questionamentos que são levantados quando se trata do Planejamento da Defesa Coletiva Interamericana. Poderia não estar claro, para cada "parte" (País), qual o seu papel no Sistema. Poderia não estar claro, para cada um, a intensidade das relações com os demais. Mas, acima e antes de tudo, poderia não estar claro, para cada País, se os demais estão adequadamente informados de suas peculiaridades, de seus interesses.

Tal questão é bastante comum em outros tipos de sistema onde se busca implementar uma atividade resultante do planejamento de alguma ação. Por analogia, tomando o caso das chamadas "regiões metropolitanas", geralmente definidas como "sistemas integrados de municípios", a questão central a responder é se, de fato, cada parte (município) do sistema se relaciona com os demais de uma forma em que todos estão adequadamente cientes das suas peculiaridades. A nível pessoal, em outra analogia, um indivíduo melhor se relaciona em um "sistema de indivíduos" quando se certifica que todos os demais têm ciência de sua identidade.

No caso do Sistema Interamericano, tomado como "por definição", na medida em que sempre será possível identificar-se razão ou razões para sua existência, faz-se mister singularizar as peculiaridades de seus componentes, nem tanto ao que se refere àquelas condições que os aproxima mas, particularmente, no que se refere àquelas condições que os fazem se repelir uns aos outros. Uma desejada "integração", propiciando a idéia de planejamento, clama pela minimização das diferenças entre as partes de um sistema e, se estas forem intransponíveis, que se revelem e sejam consideradas, plenamente, no contexto das relações entre elas.

Nesta Monografia considera-se o Sistema Interamericano como constituído pelos Países signatários da Carta da Organização dos Estados Americanos. Satisfeitos os pressupostos que devem prevalecer, quais sejam:

- a) trata-se de um conjunto de Países interligados de várias maneiras;
- b) é sempre possível identificar algum tipo de ameaça que justifique o Planejamento da Defesa Coletiva do Sistema,

sugere-se ser imperativo destacar algumas peculiaridades de cada País, com a finalidade de propiciar uma adequada postura no Planejamento desta Defesa.

Em jogo, em caso de ameaça, estarão o que se denomina, nesta Monografia, de Objetivos Vitais de cada País. O Planejamento da Defesa Coletiva e, antes, a decisão em participar desta empreitada, dependerá, fundamentalmente, da medida em que cada País reconhece que uma dada ameaça coloca em risco um ou mais destes Objetivos.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS VITAIS

Conceito de Nação

Considerar-se-á, por ser abrangente, o seguinte conceito de Nação: "conjunto de indivíduos que se sentem com tal". Vale esclarecer que "conceito" é definido como "uma representação simplificada, esquemática e abstrata de uma realidade que é observada ou experimentada". Observando indivíduos, em uma Nação, pode-se propor tal conceito.

À uma Nação geralmente se associa um território, embora se possa identificar a existência de Nação que ainda não dispõe do mesmo e que, em decorrência, não se organizou politicamente criando o Estado e neste seu principal agente, o Governo.

Tem-se, então, um conjunto de indivíduos que se "sentem uma Nação", associados a um território. Este "sentir como tal" tem um conteúdo que abrange a língua, os hábitos, usos, costumes, folclore, lendas, feitos, enfim, uma extensa gama de peculiaridades que se costuma organizar sob os títulos de "história" e "cultura".

O conjunto de indivíduos, em determinado estágio de sua história, dada a condição de estar associado a um território definido, pode, por ser uma opção que exercerá ou não, decidir transformar em formal aquilo que ainda se encontra em nível de informalidade. Por exemplo, os hábitos, usos e costumes, estabelecidos ao longo de sua existência, poderão ser identificados como peculiares do conjunto e, a partir disto, adotados como condicionadores do comportamento do conjunto de indivíduos. Maneiras de relacionamento social, normas, atribuições de deveres e direitos, etc., são especificadas com maior ou menor detalhe. Ou seja, os elementos pertinentes ao "sentir como tal" são anotados, substanciando o conceito de "instituição" do sentir, pensar e agir daquele conjunto de indivíduos. Este é o momento em que se diz que a Nação se "organizou politicamente, criando o Estado", na medida em que ficam definidas as atribuições específicas que à alguns grupos de indivíduos são designadas, grupos estes que configuram o que se optou por designar de "governo".

Identificação dos Objetivos Vitais

Por "objetivo" se entende, para efeito da presente Monografia, àquilo que um conjunto de indivíduos deve, obrigatoriamente, ter conquistado para que se torne possível "sentir-se como Nação". Infere-se do exposto que são três:

1) Identidade Nacional - refere-se aos hábitos, usos, costumes, língua, história, folclore, valores, modos de agir, de se relacionar com indivíduos daquela Nação ou com de outras Nações. Condiciona todo tipo de comportamento social, intra e internacional. É algo **vital** para a Nação, pois em se deteriorando, em sendo eliminada, cessa de haver razão de ser da Nação.

2) Território - não havendo a associação do conjunto de indivíduos com uma área na qual possa expressar, plenamente, sua Identidade, ter-se-ia aquela situação anteriormente admitida: identifica-se a Nação sem a possibilidade de se organizar politicamente, caso que não se considera para a situação da presente Monografia. É, portanto, **vital**, a existência do território.

3) Instituições - conceituadas como as formas através as quais o conjunto de indivíduos se expressa, motivado pela necessidade imperativa de dar continuidade à Nação, torna-se **vital** que se manifestem, que se concretizem.

Cabe destacar que o raciocínio acima apresentado revela um paralelismo com os Fundamentos do Poder: Homem, Terra, Instituições. Foi escolha deliberada, facilitando a associação que em capítulo adiante se indicará.

(Destaca-se que não é feita referência à Democracia na medida em que se trata de forma específica de sistema político onde as relações entre as instituições, formais e informais, estatais e não-estatais (ou não-governamentais) são regidas por um mecanismo chamado "democrático". Tal sistema político e o mecanismo que o rege podem ser considerados como algo a ser conquistado o que não significa, porém, que seja um objetivo "vital". Se se propõe que o é tornar-se-ia extremamente difícil, senão impossível, justificar a anterioridade de um sem número de Nações-Estados, milenares, cujas instituições, no contexto de seus respectivos sistemas políticos, não operavam sob um "regime democrático". A permanência destas Nações sinaliza que, vital mesmo, é a noção de "instituição", regidas por monarcas, tiranos, ditadores, chefes tribais, alguns estranhos ao conjunto de indivíduos, ou seja, nem mesmo participavam de uma "identidade nacional". Tais

Nações perduraram e perduram porque permaneceu intacta a Identidade Nacional, o Território e as Instituições).

Objetivos Vitais e relações entre Nações

É muito pouco provável que dois conjuntos de indivíduos que "se sintam" Nações A e B, não sejam singularmente diferenciados. Não compartilham da mesma história, hábitos, usos, costumes, etc. Não compartilham do mesmo território nem se auto-organizam sob as mesmas instituições. Assim sendo, o que se pode indagar é se são, pelo menos, assemelhados, na maneira de sentir, pensar e agir, nas formas que adotam na associação com seus respectivos territórios e nos tipos, estruturas e regência de suas instituições. Dadas as peculiaridades estruturantes são singularmente distintas.

Na relação entre as Nações A e B, em caso de ameaça mútua, cada uma terá que fazer uma escolha quanto aos três Objetivos Vitais. Quer parecer evidente que nenhuma delas poderá abrir mão de sua respectiva Identidade Nacional uma vez que nesta estão incluídos suas histórias e suas culturas. A perda do Território poderá conduzir ao estágio em que várias Nações se encontram hoje. O desmantelamento das Instituições levam ao estágio pelo qual passaram ou passam várias outras em consequência de guerras ou de domínio por outra Nação. Internamente as Instituições podem se mostrar mais, ou menos, frágeis ou apresentarem períodos de instabilidade, permanecendo, porém, uma percepção, latente até, de um nível "institucional adequado", para aquele conjunto específico de indivíduos.

Isto posto, faz-se a seguinte indagação: no contexto da Comunidade Americana, mantendo intato o Objetivo Vital, Identidade Nacional, quais as Nações que priorizam:

- 1) Território
- 2) Instituições ?

Mantém-se que esta classificação é importante na medida em que, nas relações entre Nações, se uma delas prioriza menos o seu Território do que as suas Instituições, tornar-se-ia um exercício estéril argumentar uma "defesa até que o último homem pereça" em um caso de ameaça ao seu Território. Certamente, este foi o caso de alguns países europeus durante a Segunda Guerra Mundial, quando

estabeleceram suas Instituições em países vizinhos, representadas pelos chamados "governos no exílio".

Caso esta posição, individualizada para cada País-membro da Comunidade Americana, ficar esclarecida, facilitadas estarão as relações entre eles.

Características dos Países e Objetivos Vitais

Propõe-se nesta Monografia um primeiro passo neste sentido. Argumenta-se que três variáveis têm um papel significativo em tal priorização: tamanho da população, tamanho do território e evolução histórico-cultural. Esta última variável se apresenta como a que tem mais significado à época das relações entre Nações. Influi na decisão de participar de uma empreitada como o Planejamento de Defesa Coletiva do Sistema. Seria pois necessário que se introduzissem dados sobre cada uma dos Países do Sistema OEA, o que é uma impossibilidade. O autor não pode se auto-apontar como conhecedor da extensa gama de dados que conduziria à uma seleção dos principais aspectos pertinentes a cada País. Destaca-se, entretanto, alguns dados relevantes referentes à população e ao território.

O Sistema Interamericano é constituído, nesta data, de 34 Países. A população total, em meados de 1996, segundo dados do Population Reference Bureau, Washington, DC, era de 781 milhões de habitantes. Ocupam uma área de 38.184.070 quilômetros quadrados.

12 Países (35%) controlam 97,4% da área total e 92,3% da população. Destes, três (Estados Unidos, Canadá e Brasil), detêm juntos 70,3% da área e 61,3% da população. Dos 22 Países restantes (2,6% da área e 7,7% da população), 12 são ou localizam-se em ilhas e todos têm menos de 200 mil quilômetros de área.

A ocupação das 12 ilhas foi típica. Eram habitadas por nativos, quando descobertas no final do século XV - o que sugere provável existência de culturas milenares. Tornaram-se possessões ou permaneceram sob domínio de Países como Inglaterra, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos. A população nativa foi, praticamente, erradicada e substituída por escravos oriundos da África. Em 10 delas a população não ultrapassa 200 mil habitantes. As instituições foram criadas e administradas por um ou mais dos Países dominantes. Entre 1930 e 1979 passaram a ter governo próprio.

Os outros 11 Países do grupo de 22 têm um alto percentual (mais de 40%) de sua população relacionada à culturas milenares que, pelos padrões da época,

teriam sido consideradas como pertinentes a um "primeiro mundo". Esta particularidade se estende para pelo menos seis (6) outros Países, com população entre oito (8) e 100 milhões de habitantes.

Considerando as peculiaridades de cada País é preciso indagar em que medida cada um dos Objetivos Vitais é interpretado. Tomados em conjunto tais Objetivos dão significado ao conceito de "Soberania" e, neste caso, qual deles se tornaria "menos vital" em uma condição de interpretação de uma "Soberania relativa" ou de uma "Soberania compartilhada" ?

Esta é uma questão fundamental que deve ser respondidas antes que uma chamada "nova ordem mundial" possa ser até mesmo admitida como passível de discussão. E, mais crítico ainda, uma proposta de que haveria limitações na idéia de "autodeterminação" só pode ser introduzida em um contexto em que, em cada País, se torne possível identificar o que se poderá colocar em segundo plano para que se viabilizem aquelas limitações sem colocar em risco a manutenção de sua existência.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS DOS OBJETIVOS VITAIS

Operacionalização de conceito

Objetivos Vitais são conceitos e, como tal, devem ser analisados através a especificação dos elementos da realidade que lhes dão significado. Tecnicamente, propõe-se uma "operacionalização do conceito" que implica em listar tais elementos de modo que possam ser observados e mensurados. E mensurar implica em associar a cada elemento uma "escala de mensuração" de modo a permitir, pelo menos, diferenciar dois ou mais estados do elemento na realidade. Os fatos sociais podem se constituir, também, de conceitos que, por sua vez, exigem novas definições operacionais e novas escalas para mensurar os elementos a eles associados. Assim, na operacionalização de um conceito, busca-se identificar "características" relacionadas com o primeiro conceito, outras "características" relacionadas à elas e assim sucessivamente, até que se alcance um nível de especificação em que se opera com "variáveis" mensuradas, preferencialmente, por escalas numéricas.

Para os conceitos em pauta propõe-se uma forma direta para a identificação de elementos da realidade que lhes dão sentido. Isto se consegue indagando "qual os elementos que dão significado à Identidade Nacional ?" Designa-se de "Característica" de um Objetivo Vital algum fato, interesse, aspiração, etc., que for mencionado.

O que irá interessar não se restringe, apenas, à tal listagem. Como se verificará, as listas de Características são, aproximadamente as mesmas, de País para País. E, para cada Característica, seguindo-se o raciocínio acima exposto, lista-se, aproximadamente, as mesmas "Características" de cada Característica inicial. Nesta segunda fase, tais Características, neste trabalho, a fim de evitar confusão quanto à designação dos elementos em cada nível, são chamadas de "Aspectos Relevantes" associados às Características dos Objetivos Vitais.

Características da Identidade Nacional

Anteriormente destacou-se que a Identidade Nacional se refere aos hábitos, usos, costumes, língua, história, folclore, modos de agir, de se relacionar com

indivíduos de uma Nação ou com de outras Nações, condicionando todo tipo de comportamento social, intra e inter-nacional.

Este Objetivo Vital envolve o "sentir-se com Nação". Listamos como suas Características:

- preservação do caráter nacional
- valorização da história e da cultura
- participação do indivíduo na sociedade
- busca da conciliação entre os nacionais e entre Nações
- consolidação da sociedade

Características do Território

Há uma associação do "conjunto de indivíduos que se sentem uma Nação" com uma área na qual possa expressar, plenamente, sua Identidade Nacional. Nela se adapta, em uma relação bi-unívoca com as Característica físicas, climáticas, tipo de solo, vegetação e culturas nativas, recursos naturais. Sobre o Território dispõem-se espacialmente, agrupando-se, em vários tamanhos de agregados populacionais. Todos os elementos de sua Identidade Nacional se manifestam neste processo e, portanto, tendem a se consolidar. Lista-se como Características:

- uso do solo urbano
- uso do solo rural
- uso dos recursos hídricos
- uso do espaço aéreo
- uso dos recursos naturais

Características das Instituições

Resultantes da organização política de uma Nação são de dois tipos: a) as pertinentes ao Estado (estatais) e aquelas que já estavam configuradas na própria Nação. São instrumentos através os quais a Nação se expressa e, assim, no contexto da aplicação do Poder, são de natureza política, econômica, psicossocial e militar. Em vista disto, pode-se listar como Características:

- Legítimas
- Adequadas à realidade
- Promovem o bem-estar
- Submetidas à vontade nacional

CAPÍTULO IV

ASPECTOS RELEVANTES ASSOCIADOS ÀS CARACTERÍSTICAS

É perceptível como os indivíduos de Nações distintas dão significado à cada uma das Características listadas no Capítulo anterior. Por exemplo, tomemos "uso do solo urbano". Qualquer observador atento verifica a grande variedade de maneiras de como as cidades são organizadas. De fato, toda uma área da sociologia, a sociologia urbana, busca destacar os principais elementos que se encontram na estrutura interna de uma cidade. Esta variedade reflete as formas de adaptação ao Território. Em algumas cidades encontram-se aglomerados em uma mesma área todo tipo de ocupação: residências, comércio, indústria, áreas de lazer, etc. O residente de uma outra Nação, onde tais tipos de ocupação são bem definidos e separados espacialmente, encontra dificuldade em se orientar em tal contexto. Mas para o nativo aquele arranjo é o que lhe parece ser o mais adequado. Seleccionemos uma outra Característica, como "consolidação da sociedade". Tem ela o mesmo significado no Brasil, no Equador, na Bolívia, por exemplo? Significaria, dentre outras coisas, perceber tal sociedade livre de restrições nas relações entre classes sociais, econômicas e políticas? Envolveria um esforço na divulgação de eventos históricos e culturais, numa associação com uma Característica, como "valorização da história e da cultura"? Se a resposta for sim, deve-se perguntar se em duas Nações distintas tais coisas seriam conduzidas de forma idêntica, com o mesmo interesse e finalidade. Um historiador, porém, nos apontaria significativas diferenças nos comportamentos dos indivíduos para com tais aspectos e, portanto, reconheceríamos haver maneiras significativamente distintas em como indivíduos de duas Nações interpretam o significado de "caráter nacional", etc., e, por conseguinte, de "Identidade Nacional".

Pode-se concluir, então, que Nações diferem no que diz respeito às diferentes interpretações que os indivíduos dão a cada Característica e, portanto, a cada um dos Objetivos Vitais. A operacionalização das Características conduz à uma listagem de "Aspectos Relevantes" diferenciadamente interpretados pelos indivíduos das diversas Nações.

Sugere-se, nesta Monografia, uma lista - não necessariamente completa - de Aspectos Relevantes das várias Características listadas.

Aspectos Relevantes

São significativos os seguintes, na operacionalização das Características dos Objetivos Vitais:

Objetivo Vital: Identidade Nacional

Preservação do caráter nacional

- Percepção das peculiaridades deste caráter: cada conjunto de indivíduos de uma Nação se apresenta com um padrão de comportamento mais provável diante de circunstâncias históricas. O caráter nacional não é, assim, mera generalização de traços individuais mas se refere à maneira como aquele conjunto se relaciona com a natureza e com outros conjuntos de indivíduos de outras Nações. Há, porém, uma tendência em destacar os traços específicos como "individualidade", "adaptabilidade", "criatividade", "cordialidade", etc. São traços de comportamento que os nacionais utilizam na explicação ou justificativa das atitudes diante de fatos políticos, por exemplo, pertinentes à vida nacional ou às relações com outras Nações.
- Uso dos aspectos positivos: geralmente os momentos significativos do contexto histórico de uma Nação são apontados como decorrentes daqueles traços. O que se torna importante é perceber se isto decorre de forma espontânea ou se induzida pelo Estado (governo), sinalizando o tipo de relação governo-povo que prepondera na orientação da vida nacional.
-
- Esforço na correção dos aspectos negativos: manifesta-se em todas as Nações um sentimento de que a vida nacional depende, essencialmente, da ação espontânea de seus nacionais. A frequência com que a exigência do exercício desta prerrogativa é enfatizada aponta o grau de dependência tanto do Estado (governo) como do que se denomina de "elites nacionais", governo e elite assumindo uma responsabilidade exagerada no contexto e na evolução histórica da Nação.
- Conseqüências no desenvolvimento e na segurança nacionais: o maior ou menor exercício dos traços positivos conduz à uma condição em que tanto o desenvolvimento como o sentimento de segurança que se observa são atribuídos em maior ou menor grau como dependentes da ação espontânea dos nacionais, dos governantes ou das elites. Embora aqueles traços sejam enfatizados como importantes, pode-se observar que ou se fazem incidir na realidade ou permanecem apenas latentes ou reprimidos.

Valorização da história e da cultura

- Destaque e divulgação de eventos significativos: isto sempre ocorre, porém o que deve ser percebido é o papel que se atribui ao Estado (governo) na condução de tais eventos. Este Aspecto Relevante está intimamente relacionado ao caráter nacional.
- Relação com o passado e confiança no futuro: a atribuição de dificuldades no presente às condições impostas no passado pode impedir que os nacionais se motivem à introduzir medidas que projetem um futuro mais adequado. Nestas condições configura-se uma imobilidade que impede que medidas que alterariam uma situação presente sejam implementadas. Há uma prevalência de exigência de que o Estado preveja e provenha as necessidades explicitadas pela Nação.

Participação do indivíduo na sociedade

- Percepção do papel do indivíduo na comunidade: duas posições extremas se configuram: numa, o indivíduo assume a responsabilidade pela condução da vida nacional; numa outra, sua atitude é passiva, delegando ao Estado (governo) a maioria das ações que significativamente influenciam a vida nacional.
- Atuação política, social e econômica (formal e informal): é função das duas posições extremas acima citadas; para o primeiro caso observa-se uma intensa atividade política seja através partidos políticos seja através instituições do tipo sindicatos, associações de bairros, igrejas, empresas, etc.; no segundo caso o governo assume uma posição de liderança e, por vezes, a atuação política, social e econômica dos indivíduos decorre de uma "concessão" governamental e não do exercício dos fatores que definem o caráter nacional.
- Tipos de relações com o Estado (governo): em correspondência às duas posições extremas acima dois tipos de relações podem ser observadas: 1) busca na minimização da ingerência do Estado (governo); 2) busca da maximização do papel do Estado (governo).

Busca da conciliação entre nacionais e entre Nações

- Solidariedade entre nacionais e com outras Nações: em momentos de crise tais como os decorrentes de desastres naturais pode se manifestar mas não é incomum que nacionais se abstenham de participar na busca de minorar dificuldades, particularmente quando percebem que decorrem de imprevidência

ou da prática de delegar ao Estado (governo) a responsabilidade pela vida nacional.

- Usufruto da riqueza nacional: quer parecer que este é um Aspecto Relevante em que se percebe uma diferença entre o que um conjunto de indivíduos professa ser sua crença e o que efetivamente executa. Tem sido, na história das Nações, sistematicamente apontada uma "concentração de renda", em algumas Nações, em regiões, por grupos de indivíduos ou por um só indivíduo. Um esforço no sentido de reduzir discrepâncias no usufruto da riqueza nacional tende a fortalecer a Identidade Nacional pois enfatiza os aspectos positivos do caráter nacional.
- Comportamento tendencioso por preconceito: este é um Aspecto observado em todas as Nações por ser decorrente de estratificações sociais. Embora não se possa afirmar que eventualmente será erradicado, o que é relevante é a medida em que aos menos privilegiados é conferida a oportunidade de se engajarem em ações que lhes permita a necessária mobilidade social ascendente. Tal oportunidade, porém, deve ser assegurada espontaneamente pelos nacionais e secundariamente pelo Estado que, no caso, desempenha o papel institucional que lhe é atribuído pela Nação.
- Relações entre classes e grupos: é um Aspecto com relação direta ao acima; quanto mais amenizadas forem as manifestações de distanciamento entre estratos sociais maior será a probabilidade de relações adequadas entre eles.

Consolidação da sociedade

- Nível de desigualdades regionais e locais: a estratificação social tende a gerar uma estratificação espacial pois que o controle e uso do solo (urbano ou rural) é diretamente proporcional à concentração de riqueza. Assim, um Aspecto Relevante é o envolvimento dos nacionais na redução de tais desigualdades sem que isto venha a significar o desaparecimento das classes sociais ou de outras formas de diferenciação social.
- Fluxo da riqueza entre regiões: reflete a medida em que os nacionais se empenham na redução das desigualdades acima citadas. Não se trata, apenas, de fluxo de matérias primas, bens e serviços entre regiões ou localmente. A questão deve ser observada em termos da distribuição espacial da riqueza que passa a ser repartida entre as classes sociais ou a todas beneficia.

- Capacidade de participar apesar das desigualdades: a percepção de que a riqueza e os benefícios decorrentes do progresso são repartidos espacialmente conduz à uma maior capacidade de participação na vida nacional.

Objetivo Vital: Território

Uso do solo urbano

Uso do solo rural

Uso do espaço aéreo

Uso dos recursos naturais

- Adensamento populacional: é um Aspecto Relevante para o qual se dispõe de vários indicadores quantitativamente mensuráveis e que permitem que se infira o tipo de organização espacial que sociedades imprimem no seu Território. Reflete como os indivíduos fazem uso do solo expressando, concretamente, aspectos do caráter nacional. No caso da comunidade americana - com destaque para os países das Américas Central, Sul e Caribe, contrastando com os da América do Norte - o principal indicador é a tendência para uma concentração urbana com densidades populacionais acima da média mundial.
- Qualidade de vida: uma consequência do adensamento populacional é o "estilo de vida" ao qual indivíduos de uma Nação dão preferência. No caso das Américas Central, Sul e Caribe é, literalmente, perda de tempo e esforço - senão mesmo uma ingerência indevida - criticar a opção pelas formas com que suas populações se aglomeram nos centros urbanos. Para muitos há uma perda de "privacidade" e, em consequência, de "qualidade de vida". É fundamental, porém, perceber que é esta peculiaridade que, objetivamente, expressa a maneira como naqueles países, os nacionais se associam aos seus respectivos territórios.
- Preservação e conservação: este é um Aspecto Relevante que reflete, também, a opção por determinado "estilo de vida". Nos tempos atuais muito tem sido comentado quanto à conservação e preservação de recursos naturais.
- Aproveitamento: não há dúvida de que o solo rural e os recursos naturais nos países das Américas Centra, Sul e Caribe são subaproveitados. As imensas extensões de terras devolutas, sob controle do Estado, ou controladas pelo setor privado sem nenhum aproveitamento, demonstram isto. Este fato deve, entretanto, ser reconhecido como Aspecto Relevante que singulariza aquelas Nações.

- Legislação: o desrespeito pela legislação, em todos os níveis e áreas, nos países das Américas Central, Sul e Caribe deve ser percebido como o registro de um dos mais significativos Aspectos Relevantes dos povos daqueles países. É a maneira como sinalizam aos respectivos governos suas individualidades e o quanto valorizam o "sentir Nação", que independente da existência do próprio Estado. No contexto da discussão da maior ingerência do Estado na vida nacional, este é um Aspecto que deve ser analisado pelo que, realmente, reflete e não como um inadequado nível de consciência política, por exemplo.

Objetivo Vital: Instituições

Legitimidade e legalidade

- Relação entre representantes e representados: se um pequeno interesse pelo que é institucional, em termos de legislação, é Aspecto Relevante nos países das Américas Central, Sul e Caribe, a legitimidade dos representantes, no Estado, resulta imensamente prejudicada. A relação entre representantes e representados é praticamente não existente e as ações governamentais ocorrem, em geral, à revelia da Nação.
- Respeito aos direitos civis: segue-se, considerados os Aspectos Relevantes acima, que na maioria dos países das Américas Central, Sul e Caribe, os nacionais têm pouco conhecimento de quais sejam tais direitos. Portanto, torna-se extremamente difícil avaliarem se estão ou não sendo respeitados.

Adequação à realidade

- Capacidade de adaptação às mudanças: o caráter nacional influencia diretamente nesta capacidade. Hábitos, usos e costumes milenares, formas de agir, tradições e folclore são barreiras às mudanças.

Submissão à vontade nacional

- Opinião pública: nas Nações onde se identifica um distanciamento entre representantes e representados este Aspecto Relevante aparece como destituído de significado. As ações governamentais tendem a serem implementadas à revelia da Nação.
- Relação entre Estado (governo) e Nação: é praticamente inexistente no contexto dos Aspectos Relevantes acima examinados. Em consequência não deve ser surpreendente que onde tais Aspectos prevalecem com as peculiaridades

descritas, governos sejam substituídos através revoltas com amplo apoio popular.

CAPÍTULO V

ASPECTOS RELEVANTES E FUNDAMENTOS DO PODER

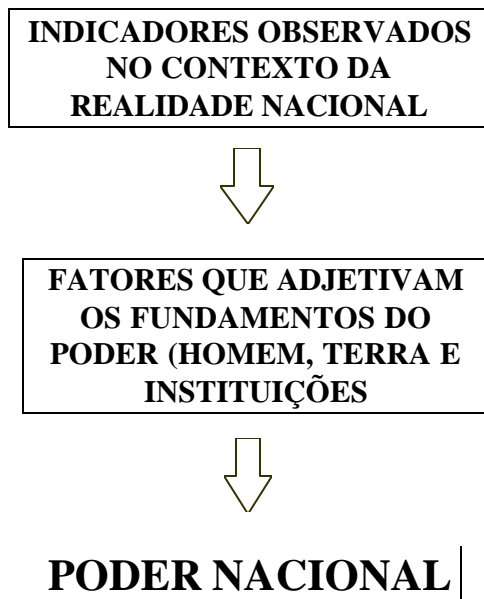
O gráfico abaixo indica as relações até agora examinadas. A partir de um Objetivo Vital, como conceito, observa-se ou experimenta-se a realidade, identificando as Características do Objetivo. Cada Característica, como conceito, por sua vez, é experimentada ou observada na realidade destacando-se seus Aspectos Relevantes.

Realizado o exercício de operacionalização dos vários conceitos, ao se buscar o significado de dado Objetivo Vital em uma Nação, observaríamos ou experimentaríamos sua realidade no contexto de cada Aspecto Relevante. Ou seja, segue-se o caminho inverso da operacionalização.

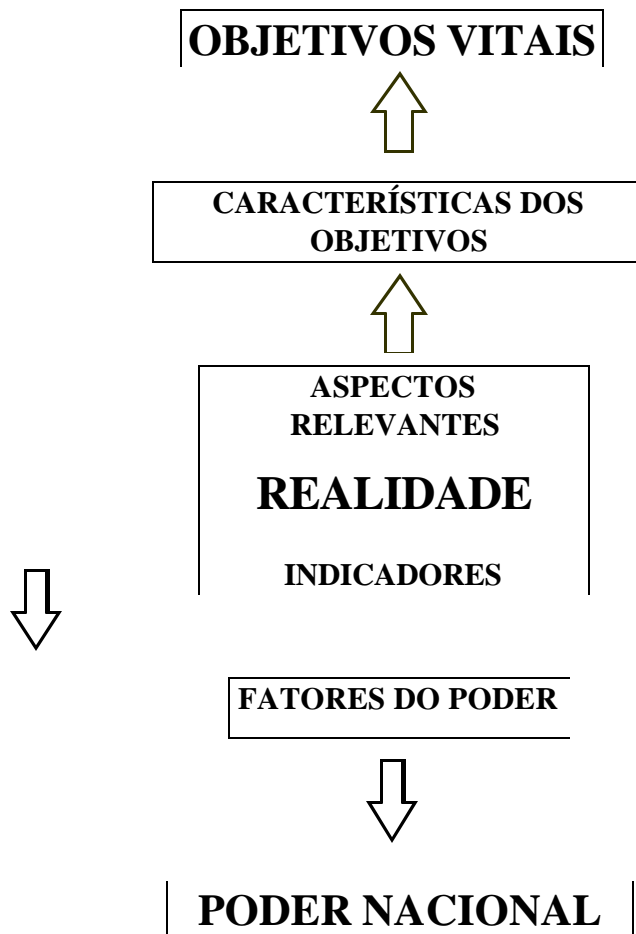


Ocorre que quando se trata do Poder, sua operacionalização envolve os Fundamentos Homem, Terra e Instituições. Na análise da aplicação deste Poder, destaca-se os Fatores que adjetivam cada Fundamento. Se agruparmos tais Fatores em função de sua natureza, listando os fatos da realidade classificados como políticos, econômicos, psicossociais e militares, identificamos as diversas

maneiras de como o Poder se manifesta, ou seja, suas Expressões. O gráfico a seguir indica como se conduz esta relação entre a realidade, Fatores e o Poder propriamente dito.



A realidade é, obviamente, uma só. Informa o nível de conquista dos Objetivos Vitais e a capacidade do Poder Nacional, em cada Nação. O gráfico a seguir representa as relações.



Indicados a seguir estão alguns dos Fatores que adjetivam o Poder e os Aspectos Relevantes que lhes são pertinentes. O que se conclui é que se estabelece uma relação bi-unívoca entre Objetivos Vitais e Poder. Se por exemplo há um esforço no sentido de se fazer melhor "uso dos aspectos positivos do caráter nacional", preservando-o, tal uso repercute na Cultura Política, como Fator da Expressão Política do Poder.

Fatores como cultura política, ideologia política, atuação das elites, regime político, ordenamento político e outros estão associados à Características (e seus

Aspectos Relevantes) como "caráter nacional", "valorização da história e da cultura", "participação do indivíduo na sociedade", "consolidação da sociedade", "legitimidade e legalidade das instituições".

Padrões de comportamento, nível de bem-estar, dinâmica da estrutura da sociedade, capacidade produtiva e empreendedora, e outros Fatores do Poder se associam com Aspectos Relevantes como "uso do solo urbano e regional", "uso dos recursos naturais", "fluxo da riqueza", "relação entre classes e grupos", etc.

A existência das relações aponta que em função da intensidade com que atuam tanto Aspectos Relevantes como Fatores do Poder, resultam significativas diferenças no nível de conquista dos Objetivos Vitais. Mas não é este o principal resultado. O que se revela é que a variação de intensidade em cada um dos Aspectos Relevantes, funções dos Fatores, em distintas Nações, conduz à inevitável variedade de significado que os Objetivos têm.

Uma outra conclusão que se pode dar destaque é que **Identidade Nacional, Território e Instituições, como Objetivos Vitais têm significados distintos nas várias Nações americanas.**

CAPÍTULO VI

BASES PARA O PLANEJAMENTO DE UMA DEFESA COLETIVA

Apontadas as Características dos Objetivos Vitais que têm diferentes significados nas Nações americanas, por estarem aquelas Características associadas à Aspectos Relevantes (ou Indicadores da realidade) com diferentes significados, neste capítulo são examinados alguns condicionantes ou bases para o planejamento de uma Defesa Coletiva em função destas diversificadas realidades.

Subsistemas

A distribuição da massa de terra ocupada pelas Nações americanas mostra a existência de subsistemas do Sistema Interamericano, a saber, levando-se em conta, também, fatores histórico-culturais relativos à ocupação de cada subsistema:

1. Subsistema norte-americano: Estados Unidos e Canadá
2. Subsistema centro-americano: México e países da América Central
3. Subsistema do Caribe e norte sul-americano
4. Subsistema do oeste sul-americano
5. Subsistema do leste sul-americano

Condicionantes físicos e distribuição da população

Levando em consideração os tamanhos das áreas ocupadas pelas Nações e suas respectivas populações, outros subsistemas são identificados.

- 1) Subsistema norte-americano: dois (2) países (Estados Unidos e Canadá) ocupando 45,8% da área total do sistema americano e com 37,5% da população.
- 2) Subsistema centro-americano, dividido em dois outros subsistemas: a) um (1) país (México) ocupando 4,8% da área total e com 12% da população; b) sete (7) países (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá) ocupando 1,3% da área e com 4,2% da população.
- 3) Subsistema do Caribe e norte sul-americano: a) doze (12) países-ilha (Haiti, Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristobal e Nevis, Trinidad e Tobago) ocupando 0,5% da área e com 1,5% da população; b) dois (2) países (Guiana e Suriname) ocupando 0,9 % da área e com 0,1% da população.

4) Subsistema do oeste sul-americano: seis (6) países (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela) ocupando 17,4% da área e com 18,6% da população.

5) Subsistema do leste sul-americano com dois subsistemas: a) um (1) país (Brasil) ocupando 21% da área e com 20,6% da população; b) três (3) países (Argentina, Paraguai, Uruguai) ocupando 8,3% da área e com 5,5% da população.

Ao todo são identificados oito (8) subsistemas. O primeiro (Estados Unidos e Canadá) está associado, histórica e culturalmente, com a Europa.

Condicionante institucional

- 1) Subsistema norte-americano: PIB per capita acima de 20.000 dólares
- 2) Subsistema centro-americano (México): PIB per capita de 4.000 dólares
- 3) Subsistema da América Central: PIB per capita entre 600 e 2.600 dólares
- 4) Subsistema do Caribe: PIB per capita entre 1.300 e 5.000 dólares
- 5) Subsistema do norte sul-americano: PIB per capita de 500 a 900 dólares
- 6) Subsistema do oeste sul-americano: PIB per capita entre 800 e 3.500 dólares
- 7) Subsistema do leste sul-americano (Brasil): PIB per capita de 3.400 dólares
- 8) Subsistema do leste-sul-americano: PIB per capita entre 1.600 e 8.000 dólares

Nos sete subsistemas do Caribe, América Central e América do Sul todos os países carregam dívidas externas que se pode considerar como "não pagáveis". Esta vulnerabilidade repercute nos aspectos institucionais político, psicossocial e militar. _

Vulnerabilidade quanto ao Objetivo Vital "Território"

- 1) Subsistema do Caribe: historicamente é altamente vulnerável
- 2) Subsistema da América Central: medianamente vulnerável

Vantagem comparativa

Apesar das enormes dificuldades no âmbito de suas respectivas economias formais, em todos os países dos vários subsistemas (com exceção dos países da Norte-América) identifica-se uma economia informal ou "paralela" estimada em 30% a 60% da economia como um todo. Assim, ao PIB formal se pode acrescentar entre 30% a 60% de PIB informal. Tal situação sinaliza um aspecto bastante importante nem sempre reconhecido: uma participação na vida nacional não associada ou dependente do Estado (Governo). As reivindicações por maior oferta de apoio e serviços estatais deve ser interpretada não como mero apelo à implantação de um Estado paternalista. Se 30% a 60% das atividades econômicas ocorrem à revelia do Estado não faz sentido concluir-se que este seja o objetivo final almejado. O que se nota é a existência de "conjuntos de indivíduos que se sentem como tal ou qual Nação", desejosos de se auto-dirigirem, pelo menos economicamente o que, por certo, tem repercussão no aspecto político institucional. Pode-se afirmar que para os que participam informalmente da economia de um país, pouca ou nenhuma diferença faz qual o regime político ou forma de governo em dada conjuntura. Para estes pouco ou nenhum significado tem uma declaração de princípios como a de Williamsburg.

Condicionantes externos

Os países nos subsistemas 2 a 8 constituem o que se conhece como América Latina e Caribe. Do total de população de 781 milhões do Sistema Interamericano em 1996, 62% neles se distribuía. A projeção para o ano 2025 é de que o total de população alcançará 1.050 milhão, dos quais 65% na América Latina e Caribe. Na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), naquele ano, 22% da população terá menos de 15 anos e 13% terá mais de 65 anos. Na América Latina e Caribe 35% da população terá menos de 15 anos e apenas 5% terá mais de 65 anos. Para o mesmo ano 2025 a previsão é de uma população mundial total de 8.200 milhões, 15% nos chamados "países desenvolvidos" dentre os quais estão os dois países da América do Norte. Em 1996 este percentual foi de 20%. E, finalmente, para a população mundial em 2025, 32% terão menos de 15 anos e 6% terá mais de 65 anos.

Estes dados, que sugerem um aumento de concentração de riqueza nos países desenvolvidos, devem ser reconhecidos como tendo um significativo impacto no Sistema Interamericano. Os Estados Unidos concentrando 24% da riqueza mundial, em 1996, que se projeta para algo em torno de 26% em 2025, se apresenta como um forte atrativo para os excedentes de população mundial. Se se

supõe que apenas 5% do aumento de 2,5 bilhões de pessoas, no mundo, nos próximos 30 anos, migrem ou tentem migrar para o Sistema Interamericano, ter-se-á algo em torno de 125 milhões de pessoas que se distribuiriam pelo Sistema. Quer parecer evidente que, ao longo dos próximos 30 anos, o impacto destas migrações terá efeitos diversos e exigirá ajustes também diversos, na América Latina e Caribe e na América do Norte. A América do Norte deverá absorver a maior parte desta população. Suponha-se, porém, 50%. São 62 milhões de pessoas, 20 milhões com menos de 15 anos. Nos próximos 30 anos é possível que entrem em contato com 82 milhões de jovens, com menos de 15 anos, 74 milhões dos quais nos Estados Unidos.

Bases para o planejamento de uma Defesa Coletiva

Para cada um dos subsistemas sugere-se quais os Objetivos Vitais que podem ser objeto de autodefesa por parte dos países em cada subsistema. Isto significa que o Planejamento da Defesa do Sistema Interamericano se orientaria no sentido de proporcionar medidas conjuntas no sentido de defender, em cada país, a manutenção do Objetivo Vital para o qual não dispõe de Poder Nacional suficiente para atender.

- 1) Subsistema norte-americano: Poder Nacional suficiente para atender à todos os Objetivos Vitais
- 2) Subsistema centro-americano (México): Poder Nacional parcialmente suficiente para atender o Objetivo Vital "Instituições"
- 3) Subsistema da América Central: Poder Nacional insuficiente para atender o Objetivo Vital "Território" e parcialmente suficiente para atender o Objetivo Vital "Instituições"
- 4) Subsistema do Caribe: Poder Nacional insuficiente para atender os Objetivos Vitais "Território" e "Instituições"
- 5) Subsistema norte sul-americano: Poder Nacional insuficiente para atender os Objetivos Vitais "Território" e "Instituições"
- 6); 7); 8) Subsistemas oeste, leste e sudeste sul-americano: Poder Nacional parcialmente suficiente para atender o Objetivo Vital "Instituições".

De todos os subsistemas os mais vulneráveis são o do Caribe e o da América Central.

CAPÍTULO VII

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS

Permeiam todas as considerações quanto ao Planejamento da Defesa Coletiva Continental um conjunto de diferenças significativas entre as Nações do Sistema Interamericano. Não é trivial considerá-las. De fato são tais diferenças que parecem dificultar o próprio planejamento na medida em que se trata de dar significado à conceitos que, à primeira vista, teriam um entendimento extensivo a todos os que com eles laboram.

Examinando a lista de Características dos Objetivos Vitais bem como uma lista de Fatores que adjetivam o Poder Continental, percebe-se haver algumas e alguns que devem ser trazidos a um primeiro plano de preocupações afim de que se dê destaque aos diferentes significados e posturas que se assume com respeito aos mesmos. Assim, advoga-se que o Planejamento da Defesa Coletiva Continental deve atender, primeiramente, as diferenças entre as várias Nações e não àquelas coisas que se diria lhes serem comuns.

Singulariza-se as seguintes Características que, a seguir são individualmente examinadas:

- Caráter nacional
- História e cultura
- Participação
- Conciliação
- Conceito de legitimidade
- Conceito de legalidade
- Vontade nacional
- Uso do território

Caráter nacional

O individualismo, a adaptabilidade, a improvisação, a vocação pacífica, a cordialidade e a criatividade são características que se poderia chamar de positivas no caráter nacional dos povos do Continente. Por outro lado considerar-se-ia

como negativas características como o conformismo, o personalismo, o fatalismo, o ufanismo e a inconstância, todas típicas nos povos das Nações latino-americanas. Tanto as características positivas quanto as negativas variam de lugar para lugar e algumas predominam mais do que outras. Assim, em uma Nação onde se identifica um marcante “culto à personalidades” tornar-se-ia bastante difícil a promoção de lideranças políticas, por exemplo, e o envolvimento popular nas tomadas de decisões cruciais para a Nação. Se a esta tendência ao personalismo exacerbado se associa uma característica como o conformismo, a tendência poderia ser um estado de passividade com respeito à própria vida nacional embora escondida por trás das manifestações ufanistas face à conquistas obtidas, eventualmente, pelas personalidades dominantes.

História e cultura

Um poeta brasileiro, de nome Mário Quintana, cunhou a seguinte relação entre passado, presente e futuro: “Enquanto no **presente** nos preocupamos com o **futuro**, esquecemos que é o **passado** que nos atropela e mata” (“While in the present we worry about the future we forget that it is the past that overcomes and kills us”). Esta relação é também expressa quando dizemos que “o passado nos persegue e atormenta”. A idéia é sugerir que nosso futuro está intimamente dependente da maneira como, no presente, administramos nosso passado. No caso de Nações isto pode ser percebido em vários contextos. Por exemplo, nos Estados Unidos e Canadá - este por influência do primeiro - verifica-se um contínuo uso da inventividade e da criatividade, via ciência e tecnologia, como forma de “deixar o passado para trás”. Não é pois surpreendente que um microcomputador se torne obsoleto dentro de pouco mais de seis meses após seu lançamento no mercado. Ou que as cidades estejam em continuado processo de renovação urbana. O passado fica registrado nas fotografias, nos filmes, nos vídeos, nos livros. A relação entre passado, presente e futuro toma a forma de “aprender no presente com os erros do passado a fim de construir o futuro”, uma forma de incorporar positivamente as ameaças passadas que “atropelam, matam, perseguem, atormentam, etc.” O indicador do dinamismo que esta postura cultural impõe à Nação é verificada analisando as posições de liderança no mundo atual.

Já para as Nações latino-americanas nota-se uma condição bem distinta e, de certa maneira, o passado - ou história - condiciona o presente, gerando um imobilismo reforçado pela característica do caráter nacional que se chamou de “conformismo”. Em algumas Nações nota-se, além disso, uma curiosa associação com um passado que, na verdade, nenhuma relação tem com seus nacionais: é o caso das Nações da América Central e dos Andes onde é comum a referência à

culturas milenares, exceto que feita por descendentes de não-nativos das regiões. Tal passado nem atropela nem mata. E não persegue ou atormenta. Ou seja, pouca utilidade tem pois, sendo exógeno, dele pouco ou nada se aprende, particularmente porque os nacionais nativos e seus descendentes aos quais aquele passado se relaciona estão, em sua esmagadora maioria, à margem da esfera de influência significativa no estabelecimento de um futuro.

Quer parecer evidente que consideradas nesta ótica as noções de “defesa”, “soberania” e outros conceitos ligados à idéia genérica de continuidade no tempo e no espaço de uma Nação assumem significados diversos.

Se se desejar buscar uma explicação ou justificativa para tal estado de coisas talvez pudéssemos apontar a própria forma como as Nações do Sistema Interamericano surgiram. Um dos condicionantes, que talvez tenha tido e continua a ter, é o fato de que o subsistema norte-americano sempre foi objeto de atenção dos que “desejam, por si sós, construir seus futuros” enquanto em todos os demais subsistemas o que se nota é uma ocupação original pelos que “vivem um presente”. No segundo caso trata-se de um contingente populacional que tinha uma relação primordial com outra Nação, pois delas eram funcionários ou agentes de seus governos ou representantes dos interesses particulares da mesma. No caso do subsistema norte-americano dir-se-ia haver uma relação “umbilical” com os três Objetivos Vitais enquanto que nos demais subsistemas a relação é “simbiótica” e, por que não dizer, “parasitária”. Afinal, o mercantilismo que caracterizou as relações entre a Europa e o “Novo Mundo” do século XVI foi marcado pelo “retirar riquezas” e não o de “criar riquezas” dos territórios conquistados. Esta postura permanece e, naturalmente, é “um passado que atropela e mata”.

Participação

A história nos indica que esta característica é fundamental na condução da vida de uma Nação. O grau de envolvimento de todos os nacionais determina o que deve ser feito, o que pode ser feito e o que é efetivamente feito.

Há dois aspectos a considerar e que diferenciam as Nações do Sistema Interamericano. Um é o grau de participação propriamente dito e outro é o nível de participação. Para o primeiro pode-se adotar como indicador o ato de “votar” - ou o de “não votar” - e para o segundo a ação que caracterizaria a característica do caráter nacional referida como “individualismo”.

Um aspecto relevante no subsistema norte-americano é o caso de nacionais que “não votam” mas por própria conta e risco perfuram poços de petróleo, constróem estradas, inventam, criam, organizam escolas, fundam universidades, estabelecem normas de comportamento na comunidade onde vivem. Do ponto de vista de quem imagina ou propõe que ações deste tipo devem ser conduzidas ou orientadas por um “governo”, tal indivíduo não participa da vida da Nação.

Do ponto de vista da relação Nação-Estado o que se evidencia é a existência de uma inversão: no subsistema norte-americano a Nação antecede o Estado; nos demais subsistemas o Estado antecedeu a Nação e é por esta razão que o ato de “votar” adquire a importância nas Nações destes subsistemas. Afinal, “votar” é ato obrigatório, concessão do Estado e por ele administrado. Assim, nestas Nações, o “não votar” não é visto como manifestação de negar a um Estado a condição de gestor do destino individual - e que seria a marca do que se denominaria de “individualismo” -, mas como indicador de uma alienação com respeito à vida nacional. O Estado, por seu turno, reage na medida certa e ao indivíduo que não vota é negado um conjunto de prerrogativas que, praticamente, o transforma em um quase-pária na própria Nação.

Conciliação

Numa Nação onde prepondera o individualismo, onde se concorda ser possível discordar conciliar tem um sabor de tolerar. Opiniões divergentes são “toleradas” e pouco ou nenhum esforço é tentado ou mesmo exigido em se encontrar um meio termo entre elas. É o caso dos Estados Unidos. “That is my opinion” é declaração comum e constante. Já na América Latina há uma preocupação em se buscar um genuíno ajuste, onde a palavra de ordem é “consenso”, significando unanimidade de opinião.

Tais atitudes ou hábitos estariam por trás, dando apoio ou explicando, diferentes posicionamentos com respeito, por exemplo, à integração racial. Enquanto nos Estados Unidos, antes, durante e após eleições, para se citar um caso concreto desta condição, eleitores são exaustivamente estratificados segundo uma multitude de variáveis, destacando-se a origem étnica, na América Latina isto é totalmente ignorado.

Sob tais condições, quer parecer evidente que nos Estados Unidos haveria tantas opiniões sobre dada questão quantos são seus nacionais. E sendo primordialmente tolerantes, as relações fundamentadas em algo como o que denomina de “medidas de confiança mútua” permanecerão até o momento em que

tal ou qual ação, de tal ou qual Nação, deixar de ser toleradas. Para uma discussão sobre o Planejamento de uma Defesa Coletiva para o Sistema Interamericano esta realidade é, provavelmente acima de tudo, inibidora. Mesmo que os Estados Unidos não foi a potência mundial que é, torna-se extremamente difícil para qualquer outra Nação estabelecer relações numa condição onde os parâmetros são, obviamente, unilateralmente enumerados e, pior do que isto, subitamente revelados.

Conceito de legitimidade

Esta é uma característica que apresenta um maior número de significados. Se se pressupõe significar “representar com exatidão anseios, aspirações e interesses” há margem para tanto.

No subsistema norte-americano esta questão fica resolvida por conta do individualismo. Claramente, à nível de representação em qualquer área de atividade, seja governamental ou privada, representantes são monitorados pelos representados. No governo, do Presidente da República ao faxineiro da mais simples repartição pública no mais modesto município, todos são submetidos ao critério da “prestação de contas” (“accountability”). É o caso mais claro da diferença entre Poder Nacional e Poder Estatal, o primeiro sempre maior que o segundo. E mais, que o Poder Estatal resulta de uma transferência de Poder Nacional, que pode ser revertida (o processo do chamado “recall”), indicando claramente que “o povo manda”.

Na América Latina há uma enorme variação de interpretação e um dos indicadores é o grande número de partidos políticos, por exemplo. Há o caso da representação legítima em que o representante legitimamente busca atender à interesses que, uma vez formulados por tal representante, são aceitos pelos representados. Há o caso inverso, semelhante à situação acima descrita. E há o “representante legítimo independente”, um tipo de “papai sabe o que é melhor” (“father knows best”). Não é surpreendente, portanto, que na área governamental, do Presidente da República ao faxineiro da mais simples repartição pública do mais modesto município, flutue entre os três estados de interpretação do conceito. É o deputado e senador que muda de partido ou se declara “independente”, sem afiliação partidária. Ou é o faxineiro que tranca as portas da repartição na sua hora de almoço. Não se trata de avaliar a “legalidade” da ação. Trata-se de perceber que é “legítima” no sentido de que a um representante é dada a prerrogativa de interpretar, a qualquer momento, quais sejam os interesses dos representados ou daqueles a quem serve. O faxineiro não cerra as portas de sua repartição por mero capricho. O faz em nome do “bem

público” ou tendo em vista “proteger e cuidar do bem público”. Vale mais a intenção do ato do que o ato propriamente dito.

Conceito de legalidade

A variedade de significados do conceito pode ser observada nos textos constitucionais e outros instrumentos jurídicos, notadamente os códigos penais. Reflete como o Estado foi juridicamente organizado.

De um modo geral é legal aquilo que a Nação como um todo, ou seja, seu conjunto de indivíduos, levando em conta hábitos, usos e costumes correntes, julga adequado, admissível, tolerável, justificável. De muitas maneiras, portanto, embora o ordenamento jurídico na América Latina possa ser dito resultante de um esforço em se enumerar tudo ou quase tudo que é adequado, etc., os ajustes decorrentes da assimilação de hábitos, usos e costumes correntes resulta em um sistema jurídico capaz de frustrar o mais capaz hermeneuta. Um grande número de normas são declaradas retroativas, por exemplo. Isto corresponde a absolver, no presente, alguém julgado culpado no passado de ter cometido um delito, um curioso exercício de moldar o passado de acordo com o presente.

O conceito de legalidade confunde-se - e até mesmo se funde - com o de legitimidade, algo que se tornou fundamental durante os períodos em que vários, se não todas as Nações latino-americanas, foram governadas por ditadores ou se submeteram a governos militares. Um “golpe de Estado”, embora ilegal, justificava-se por ser legítimo. E, naturalmente, era “legalizado” através a emissão de uma nova constituição. A ilegitimidade de um representante que muda de partido, por exemplo, adotando uma nova orientação ideológica é assimilada por ser legal.

Vontade nacional

Levando em consideração o conceito de participação e a maneira segundo a qual se manifesta na América Latina, impossível é encontrar algum indicador de “vontade nacional”.

Uso do território

Para o sociólogo urbano a cidade é o indicador preferido para analisar e entender como decorre a relação entre o homem e seu território. Isto porque vê a cidade como um organismo vivo. Está para o agregado populacional assim como um quadro para um pintor. Reflete todas as facetas do caráter nacional bem como as demais características acima citadas. Tem história e nela se manifestam os traços

culturais marcantes da nacionalidade o que, por seu turno, dá uma outra medida do grau de participação - no sentido de integração no contexto da vida nacional. Por ser fisicamente limitada durante largos períodos de tempo, obriga ao exercício da conciliação. Legitima hábitos, usos e costumes e é campo de teste do ordenamento jurídico-legal. Dizem que “uma Nação tem o governo que merece” mas apropriado é também declarar que “apenas um povo constrói suas próprias cidades”. Da mesma maneira como é impossível imaginar uma cidade nos Estados Unidos sem suas ruas bem marcadas, com sinais de “ONLY” que sempre surpreendem e confundem um visitante, é impossível imaginar uma cidade latino-americana sem seu congestionamento de tráfego. Se não o tiver, cria-se.

A cidade é um auto-retrato de um povo. Nos Estados Unidos as marcas no asfalto separam, segregam, definem o intolerável, induzem à participação, impõem o legal e é prova de “accountability” da representação legítima, pois é desta forma que seus nacionais desejam que suas ruas sejam construídas, onde o asfalto novo afoga a memória das marcas das rodas de carroças que foram parte da História. No Brasil sua ausência concilia, o caos resultante induz à prática do “cada um por si”, legitimando o tráfego sobre as calçadas, alterando de modo definitivo o que a lei determina, num vai-e-vem sobre ruas revestidas pelas pedras que da Europa se trouxe séculos atrás. É a História se projetando e atropelando o presente. Assim é em toda a América Latina.

CONCLUSÃO

O Planejamento da Defesa Coletiva no Sistema Interamericano não mais pode se fundamentar em condições inexistentes e que predominavam e preocupavam o mundo nas décadas de 40 e 50. Não se trata, também, de se cuidar de uma "nova ordem mundial" ou da atual hegemonia dos Estados Unidos. Há no cenário mundial um significativo número de eventos que o Planejamento da Defesa Coletiva do Sistema Interamericano deve atender. Os mais graves, assim parece, são o aumento da população mundial e o aumento da concentração da riqueza por 15% a 17% da população mundial

As Nações americanas diferem, como sugere esta monografia. E porque diferem exigem diferentes posturas com respeito ao conceito de defesa e das medidas necessárias que lhes assegurem a própria existência como Nações.

A vulnerabilidade de um significativo número delas - pois afinal se trata de 20 Nações - é evidente. Como no passado recente suas existências foram consideradas de menos importância, por serem pequenas em área e com pequenas populações, é imprescindível que se lhes assegure a independência de seus povos, caso os interesses de grandes potências, militar e/ou econômica, se vejam eventualmente ameaçados. Não é mais tolerável que se repita em qualquer lugar do mundo o trato de Nações, "como conjunto de indivíduos que se sentem como tal", como objeto de negociação entre potências que, conjuntamente, dominam o cenário mundial.

É imperativo reconhecer que devido às peculiaridades dos povos na América Latina, a tão apregoada adoção de regimes democráticos não esbarra em oposição. Se do exercício da democracia resulta, dentre outras coisas, a prática do livre mercado, o predomínio da iniciativa individual, a supremacia do indivíduo sobre o Estado, que conclusão há de se chegar em um contexto onde entre 30% a 60% das atividades econômicas se identificam como "informais", além do controle estatal? O que se deve notar é que, de fato, por terem Estados ali se implantado, este procedimento se constitui do caso de Nações em evolução. Há um

distanciamento entre Estado e Nação e como esta sempre antecede aquele ver-se-á, na América Latina, a transformação do Estado à imagem da Nação. Esta oportunidade deve ser, obrigatoriamente, respeitada no contexto de um Sistema de Defesa Coletiva.

BIBLIOGRAFIA

U.S. Agency for International Development, "World Population Profile: 1996", Washington, D.C., 1996

Cottam, Martha, "Nationalism as a Potential Obstacle to Multilateral Conflict Resolution", Washington State University, Pullman, WA, 1996

Obando, Enrique, "Situação Psicossocial na América Latina", notas de conferência, IDC, Washington, DC, Fev 1997

Branan-Shute, Gary, "Security Issues and Indigenous Groups in the Guianas: Guyana, Suriname and French Guyana", Frank Cass Journals, 1996.